

PARADIGMAS HISTORIOGRÁFICOS DO CONHECIMENTO CONTEMPORÂNEO: ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Antônio Roberto Xavier¹
Eduardo Ferreira Chagas²

Resumo

Este texto tem por objetivo principal apresentar o debate teórico-metodológico sobre o processo de conhecimento científico histórico-historiográfico e pelo menos 04 (quatro) principais paradigmas historiográficos no âmbito da teoria do conhecimento. Esta pesquisa é de natureza básica, pois adota o método procedimental bibliográfico interpretativo. É um estudo exploratório quanto ao seu objetivo e emprega a abordagem qualitativa quanto ao problema de pesquisa. Com relação às técnicas de coleta de informações, opta-se por leituras específicas de livros e artigos de periódicos peculiares. No tocante às técnicas de análise, adota-se a análise de conteúdo e do discurso de forma contextualizada e dialética. Os resultados conclusivos demonstram a importância de se compreender o processo histórico-historiográfico, bem como os seus respectivos paradigmas do conhecimento científico, contemporaneamente.

Palavras-chave: Historiografia. Positivismo. Historicismo. Materialismo.

HISTORIOGRAPHIC PARADIGMS OF CONTEMPORARY KNOWLEDGE: THEORETICAL-METHODOLOGICAL ASPECTS

351

Abstract

This text's main objective is to bring to the fore the theoretical-methodological debate on the process of historical-historiographical scientific knowledge and at least 04 (four) main historiographical paradigms within the scope of the theory of knowledge. This research is basic in nature and adopts the interpretative bibliographic procedural method. It is an exploratory study in terms of its objective and uses a qualitative approach to the research problem. Regarding information collection techniques, specific readings of books and articles from peculiar periodicals are chosen. Regarding analysis techniques, content and discourse analysis are adopted in a contextualized and dialectical way. The conclusive results demonstrate the importance of understanding the historical-historiographic process, as well as their respective paradigms of scientific knowledge, in contemporary times.

Keywords: Historiography. Positivism. Historicism. Materialism.

¹ Doutor e pós-doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor permanente do Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis (Masts) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). E-mail: roberto@unilab.edu.br/ Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3018-2058>.

² Doutor em Filosofia pela Universität Kassel (Alemanha); Pós-doutor em Filosofia pela Universität Münster (Alemanha); professor Efetivo (Associado 4) do curso de Filosofia do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Ceará (UFC); Pesquisador de Produtividade do CNPq. E-mail: ef.chagas@uol.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1957-6117>.

1 Introdução

Inicialmente, vamos aclarar as principais diferenças e semelhanças teórico-metodológicas de história e historiografia. Por vezes, algumas abordagens não muito claras permitem confundir os termos história e historiografia. Todavia algumas considerações principais podem mostrar algumas diferenças e similitudes fundamentais necessárias à compreensão entre esses dois vocábulos que constantemente se partilham e compartilham espaços na produção do conhecimento histórico.

Ora, se atentarmos para a própria etimologia da palavra, responderíamos simploriamente que historiografia nada mais é do que o estudo da história; ciência que analisa e reflete sobre os fatos históricos; filosofia da história; métodos de abordagem histórica; certas técnicas e fontes utilizados na produção do conhecimento histórico, ao longo do tempo e dos espaços; estudo crítico e histórico sobre os historiadores; arte de escrever descritiva e criticamente os acontecimentos históricos; fazer releitura dos acontecimentos passados a partir de motivações propulsoras, usando novas categorias pertinentes ao objeto; refazer a história com o olhar atual sobre a produção do conhecimento histórico passado, porém sem desviar da essência do objeto.

352

Para a construção desta escrita, informamos que metodologicamente trata-se de um texto de cunho teórico utilizando o método procedimental bibliográfico. Trata-se de uma pesquisa de natureza básica do tipo exploratória de fontes secundárias com abordagem qualitativa. Quanto às técnicas de coleta de informações, empregaram-se leituras específicas interpretacionais. No tocante às técnicas de análise, adota-se a análise de conteúdo (Gil, 2010; Lakatos *et al.*, 2003).

O presente texto está dividido em subtópicos. Além desta **introdução**, que apresenta a proposta geral deste artigo, seguimos com o segundo tópico no qual abordamos sobre as diferenças e semelhanças entre **história e historiografia**. No terceiro tópico, o debate gira em torno do primeiro paradigma historiográfico da teoria do conhecimento no mundo contemporâneo, o **positivismo**. Em seguida, tratamos do segundo paradigma historiográfico do conhecimento, o **historicismo**. Continuamos no tópico seguinte a falar do terceiro paradigma do conhecimento, o **materialismo histórico**. No sexto tópico, tratamos em debater sobre a **descontinuidade histórica** ou o paradigma crítico da ciência da história moderna em Nietzsche. Por fim, chegamos às **considerações finais**, em que tecemos juízo de valores sobre toda esta escrita.

2 História e historiografia

Se a história ou o conhecimento histórico é a ciência que estuda e busca interpretar os fatos e feitos das ações do ser humano no tempo e no espaço (Bloch, 2001; Carr, 1982), a historiografia é considerada a história da história (Rodrigues, 1978).

No pensar de Iglésias (1972), historiografia é descrição ou reflexão sobre o processo histórico dentro de um contexto delimitado. Consoante Lapa (1981), historiografia ancora na análise crítica sobre o conhecimento histórico. Neste rumo, Almeida (1983, p. 22) acrescenta que a historiografia pode e deve ser entendida como “Prática intelectual especializada (mediada pelo instrumental teórico-metodológico da ciência histórica) que tem como objeto específico a realidade histórica, em sua integridade estrutural e superestrutural e seu produto: o conhecimento histórico.”

A Historiografia produz necessariamente um discurso que se “desdobra sobre si mesmo”, uma vez que ela coloca em interação ou alterna necessariamente o discurso do historiador e o discurso de suas fontes, [...]” (Barros, 2011, p. 60).

A grande diferença ou quem sabe a diferença das diferenças que resume as possíveis outras diferenças esteja debruçada na concepção de José Honório Rodrigues (1978), quando destaca que é histórico todo documento historiográfico, porém nem todo documento histórico é historiográfico. Isto é decorrente em virtude de que, para ser historiográfico, o documento necessita de análise acurada, levando em consideração o contexto, os sujeitos produtores, o método ou os métodos e as fontes. Mas não para por aí, tendo em vista que o vocábulo historiografia requer mais elasticidade em sua abordagem.

A palavra “historiografia”, quando não empregada com aquele sentido mais abrangente que dela faz um sinônimo de História (enquanto campo de conhecimento), refere-se precisamente a esse âmbito de estudos mais específico que examina criticamente tudo o que já foi produzido pelos historiadores até os dias de hoje. Em uma palavra: Historiografia pode ser compreendida, em sentido estrito, como a modalidade da História que toma como “fontes históricas” as obras dos próprios historiadores, e que faz destes o seu principal objeto de estudo. (Barros, 2011, p. 10).

Etimologicamente, o termo Historiografia decorre do latim *Historiographia* e o “[...] termo *historiographie* é encontrado num idílio em prosa do poeta inglês Nicholas Breton [...], de 1597 [...]. Foi adotado por Campanella para indicar ‘a arte de escrever corretamente a história’ [...]”. Ressalte-se que este significado permaneceu na língua inglesa e francesa. No alemão o termo é *Historik* e no italiano o significado do termo segue ao raciocínio de Croce

“[...] o conhecimento histórico em geral ou o conjunto das ciências históricas [...]” (Abbagnano, 2007, p. 509).

As interpretações dadas sobre esse conhecimento são fundamentalmente duas, que podem ser qualificadas, como: A) historiografia universal; B) historiografia pluralista. A interpretação do conhecimento histórico como história universal corresponde à interpretação da realidade histórica como mundo. A interpretação dela como história pluralista corresponde à interpretação da realidade histórica como objeto definível ou verificável só através dos instrumentos de pesquisa de que se dispõe (Abbagnano, 2007, p. 509).

Ao optarmos pela primeira interpretação, transferimos a responsabilidade compreensiva para os filósofos, ou seja, é tarefa dos filósofos compreender o absoluto, o eterno e o imutável guiador do destino humano, muito embora saibamos que a produção do conhecimento histórico seja indispensável para essa compreensão no sentido de “história a priori”, como entendia Fichte. Para ele, a “história a posteriori” é do historiador, ou seja, a análise historiográfica por meio de técnicas, instrumentos e fontes acerca dos fatos já decorridos. Nisto, reina a História pluralista que abandona a ideia de história cósmica ou de totalidade para abraçar a ideia interpretativa de realidade histórica definível e verificável a partir da análise das fontes e de sua validação historiográfica.

354

Deste ponto de vista, o conhecimento histórico autêntico versa sempre sobre objetos delimitados ou delimitáveis, nunca sobre a totalidade, de sorte que exclui, como desprovidos de sentido, os conceitos de progresso, decadência, etc, entendidos em sentido absoluto. Embora a antiguidade grega tenha legado exemplos de H. nesse sentido (p. ex., a obra de Tucídides e de Políbio), os fundamentos do que hoje se chama metodologia historiográfica começaram a aclarar-se só a partir do *Renascimento* e a ser definidos por historiadores e filósofos só nos últimos anos. Tais fundamentos podem ser resumidos do seguinte modo: 1º O conhecimento histórico é *perspectivista*-, mantém afastamento em relação ao passado e quer entendê-lo em seu tempo e lugar, sem assimilá-lo ou reduzi-lo ao presente [...]. 2º O conhecimento histórico é *individualizante*, porque individualizantes são os instrumentos de que se vale [...]. 3º O conhecimento histórico é *seletivo*. Este é um dos pontos pacíficos na metodologia historiográfica [...]. 4º O conhecimento histórico não visa à explicação causal, mas à *explicação condicional*. Embora não falte quem ainda insista no caráter causal da explicação histórica [...]. 5º O conhecimento histórico visa à determinação de *possibilidades retrospectivas*. Esta é uma consequência da renúncia da H. ao esquema causal (que supõe a necessidade do objeto histórico) e do seu recurso ao esquema condicional. (Abbagnano, 2007, pp. 510-512, *sic*).

O conhecimento histórico, ao ser perspectivista, afasta a ideia de querer trazer à tona o fato ocorrido tal como aconteceu, foca em ter o sujeito do presente a consciência de que os olhos observadores e o entendimento de hoje não são os mesmos do contexto do fato acontecido, o que se pode fazer é uma aproximação daquela realidade. Ao ser individualizante,

o conhecimento histórico debruça-se em fato único, ou seja, um fato não ocorrerá mais de uma vez com a mesma intensidade e igualdade. Sendo seletivo, o conhecimento histórico busca focar algo objetivo que tenha real significado para a história, para a pesquisa a partir de hipóteses e opções historiográficas. Não tendo como meta a explicação causal, o conhecimento histórico parte do princípio de que os acontecimentos não são por acaso ou por predestinação, mas por condicionamento das realidades contextuais do fazer humano. E, por último, o conhecimento histórico ao mirar à determinação de possibilidades retrospectivas complementa sua condicionalidade de aproximação da realidade mediante lapidação do objeto e não de explicação e compreensão absolutas.

A historiografia desempenha não somente a criticidade da produção do conhecimento histórico, mas aponta caminhos com cientificidade no fazer histórico. Em relação à ciência da história, a historiografia cerca de todas as formas e discute como, quando, o porquê e em que condições o conhecimento histórico foi produzido, considerando o tempo e espaço.

Apesar dos fundamentos teórico-metodológicos da historiografia remontarem ao Renascimento e ao Iluminismo no que se refere à historiografia científica, esta é fruto da produção de conhecimentos históricos a partir do século XIX, e é aperfeiçoada no século XX. Neste sentido, a base central para esta historiografia despontar como científica são os “acordes historiográficos”³ ou os paradigmas do conhecimento consolidados no século XIX.

Os primeiros acordes historiográficos ou paradigmas do conhecimento, positivismo e historicismo, afloram de forma estável no século XIX, porém as pilastras desses acordes historiográficos são fincadas ainda no século XVIII e adentram ao século XIX praticamente prontas para seu desenvolvimento.

Mas, com relação à historiografia do século XIX, uma ressalva deve ser sempre lembrada:

No mundo ocidental, a Historiografia do século XIX havia se constituído tradicionalmente em torno do campo político, direcionando-se mais especificamente para o desenvolvimento dos Estados Nacionais. Ao lado desta historiografia francamente nacionalista, e frequentemente imbricada nela, havia também a “História dos Grandes Homens”, conforme modelo apregoado pelo historiador escocês Thomas Carlyle. No que concerne ao estilo do seu discurso, de modo geral a Historiografia tendia a ser francamente narrativa (e pouco analítica ou estrutural como ocorreria no século XX). A própria narrativa historiográfica assim produzida era essencialmente uma ‘narrativa linear’ (não dialógica e não complexa). Com relação ao ponto de vista em torno do qual se organizava esta narrativa linear, era sempre o do poder instituído, e a História tinha uma tendência a ser quase sempre uma “História Institucional”. Era

³ Expressão utilizada por BARROS, José D’Assunção. **Teoria da História**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, p. 16, v. II.

neste ‘modo historiográfico’ que os historiadores estavam habitualmente mergulhados, e os temas que selecionavam para suas pesquisas e reflexões aí se inscreviam de maneira imperiosa. (Barros, 2011, p. 2011).

É nesse arcabouço de ideias nacionalistas e voltadas para o destaque da história política e dos chamados “grandes vultos”, que a história e a historiografia abraçam alguns discursos sacralizadores de uma ciência pautada no positivismo do século XIX. Diante dessa realidade, os “acordes ou paradigmas historiográficos” emergem com expressividade, formando e formatando o conhecimento científico, principalmente a partir do século XIX.

3 O Positivismo como primeiro paradigma historiográfico do conhecimento

Sendo o primeiro paradigma ou “acorde historiográfico”, do conhecimento do mundo contemporâneo, o positivismo tem como principal representante o francês Augusto Comte (1798-1857). O segundo, o historicismo cientificista (segunda metade do século XIX, oriundo da Escola alemã) tem Willhem Dilthey (1833-1911) como seu principal representante. Em seguida, surgem os chamados “acordes historiográficos” ou paradigmas revolucionários”⁴ do conhecimento científico: “o materialismo histórico (de Marx e Engels, 1818-1883 e 1820-1895, respectivamente) e o da descontinuidade ou crítico”⁵, cujo primeiro representante foi o alemão Nietzsche (1844-1900), ambos desenvolvidos na segunda metade do século XIX.

Esses paradigmas serviram e servem como trilha condutora para a definição da historiografia científica, pois, no âmbito do conhecimento histórico, os paradigmas em alusão são determinantes para discussões críticas sobre: o que é a História, o seu objeto de estudo e a sua serventia para a humanidade.

Com relação ao primeiro “acorde historiográfico”, o positivismo, este é originário do vocábulo francês *positivisme*, cuja definição no Dicionário Básico de Filosofia de Japiassú e Marcondes (2006, p. 222) significa que é um

1. Sistema filosófico formulado por Augusto Comte, tendo como núcleo sua teoria dos três estados, segundo a qual o espírito humano, ou seja, a sociedade, a cultura, passa por três etapas: a teológica, a metafísica e a positiva. As chamadas ciências positivas surgem apenas quando a humanidade atinge a terceira etapa, sua maioridade, rompendo com as anteriores. Para Comte, as ciências se ordenaram hierarquicamente da seguinte forma: matemática, astronomia, física, química, biologia, sociologia; cada uma tomando por base a anterior e atingindo um nível mais elevado de complexidade.

⁴ *Idem*, v. III

⁵ *Idem*, *Ibid.*

A finalidade última do sistema é política: organizar a sociedade cientificamente com base nos princípios estabelecidos pelas ciências positivas.

2. Em um sentido mais amplo, um tanto vago, o termo “positivismo” designa várias doutrinas filosóficas do séc. XIX, como as de Stuart Mill, Spencer, March e outros, que se caracterizam pela valorização de um método empirista e quantitativo, pela defesa da experiência sensível como fonte principal do conhecimento, pela hostilidade em relação ao idealismo, e pela consideração das ciências empírico-formais como paradigmas de cientificidade e modelos para as demais ciências. Contemporaneamente muitas doutrinas filosóficas e científicas são consideradas “positivistas” por possuírem algumas dessas características, tendo este termo adquirido uma conotação negativa nesta aplicação.

3. *Positivismo lógico*: o mesmo que fisicalismo (grifos dos autores).

O positivismo, apesar de ter se apresentado de diferentes formas no ocidente, a partir da segunda metade do século XIX, terá grande influência na cultura europeia estendendo-se até a primeira guerra mundial. A expansão positivista deveu-se, principalmente, a um contexto favorável de tranquilidade e de ascendência industrial e científica do velho continente.

O positivismo representa amplo movimento de pensamento que dominou grande parte da cultura europeia, em suas manifestações filosóficas, políticas, pedagógicas, historiográficas e literárias (a propósito de literatura, basta pensar no verismo e no naturalismo), de cerca de 1840 a até quase às vésperas da Primeira Guerra Mundial. Passado o furacão de 1848, excetuando-se o conflito da Crimeia em 1858 e a guerra franco-prussiana de 1870, a era do positivismo foi época de paz substancial na Europa e, ao mesmo tempo, a época da expansão colonial europeia na África e na Ásia. (Reale *et al.*, 1991, p. 295).

357

A corrente positivista enceta a ideia de progresso, desenvolvimento da sociedade capitalista e científica. Em outras palavras, o positivismo defendia, confiavelmente, que o progresso por meio da industrialização guiado pela técnica e pela ciência – tese do capitalismo - traria benefícios gerais para a sociedade contemporânea.

Opondo-se aos defensores socialistas, que pregavam uma revolução das instituições sociais, o defensor do positivismo Augusto Comte reivindicava a necessidade de uma reorganização completa da sociedade através de uma reestruturação intelectual das pessoas e a instituição da ordem de maneira soberana. Para isso, na visão positiva de Comte, destacam-se: a lei dos três estágios, a classificação hierarquizada das ciências e a reforma intelectual da sociedade.

O Positivismo comtiano explica a lei dos três estágios ou estados históricos-filosoficamente diferenciados: o estágio teológico ou fictício, o estágio metafísico ou abstrato e o estágio positivo ou científico.

Estudando o desenvolvimento da inteligência humana [...] desde sua primeira manifestação até hoje, creio ter descoberto uma grande lei fundamental [...]. Esta lei consiste no seguinte: cada uma de nossas concepções principais, cada ramo de nossos conhecimentos passa necessariamente por três estágios teóricos diferentes: o estágio teológico ou fictício; o estágio o estágio metafísico ou abstrato; o estágio científico ou positivo [...]. Daí três tipos de filosofia, ou de sistemas conceituais gerais, sobre o conjunto dos fenômenos, que se excluem reciprocamente. O primeiro é um ponto de partida necessário da inteligência humana; o terceiro é seu estágio fixo ou definitivo; o segundo destina-se unicamente a servir como etapa de transição. (Reale *et al.*, 2005, p. 292).

Baseado na Lei dos três estágios ou estados evolutivos do conhecimento, o Positivismo assegura que ser o humano é capaz de prever os fenômenos naturais, podendo assim modificar a realidade diante disso. Dito isto, a ciência positiva estabelece o lema: ver para prever, ciência daí previdência, previdência daí ação. Neste caso, o conhecimento científico possibilitaria não só a mudança da realidade, bem como a possibilidade do domínio do homem sobre a natureza. Essas transformações, proporcionadas pelo conhecimento científico, têm como objetivo o progresso. Este, porém deve estar subordinado à ordem. Decorrente deste fato, surgiu o novo lema positivista para a sociedade, inclusive a brasileira, o Ordem e Progresso.

A segunda fundamentação da obra de Comte, a classificação das ciências, aborda a hierarquização das ciências, partindo do estado dos fenômenos mais simples e gerais em direção aos mais complexos e específicos, definindo a seguinte ordem: matemática, astronomia, física, química, biologia e sociologia. Essa é a filosofia positiva e caracterizada como metodologia científica de Comte, que estuda as relações intrínsecas entre as várias ciências. Sem o estudo hierárquico dessa educação científica, o ser humano não atingiria o estado maduro da racionalidade positiva. Caso o conhecimento não seguisse essa lógica e suscetibilidade, correria o risco de se produzir uma perda irreparável na formação racional do ser humano.

Por último, a terceira fundamentação da obra comtiana, a reforma da sociedade, seguiria a reorganização intelectual, a moral e finalmente a política. Entre outras abordagens, a terceira parte da obra de Comte destaca que uma das tarefas da filosofia positiva seria restabelecer a ordem na sociedade capitalista industrial, que havia sido quebrada pela Revolução Francesa.

Em suma, o Positivismo, por intermédio do modelo científico-natural, procura explicar as esferas sociais humanas, utilizando-se das mesmas categorias explicativas das ciências físicas e biológicas, tais como: materialismo, evolucionismo, mecanicismo, naturalismo, determinismo, neutralidade científica, entre outras.

O positivismo, num sentido metodológico, evoca o primado da ciência natural, isto é, o único método capaz de nos proporcionar o conhecimento é o método das ciências naturais. É neste sentido que a corrente positivista sugere que o método das ciências naturais (relação causa e efeito) seja aplicado também às ciências humanas e tende a considerar, a partir de uma tradição iluminista, os fatos empíricos como única base e meio para se chegar ao conhecimento verdadeiro e à fé na racionalidade científica como solução dos problemas humanos. Com efeito, o Positivismo se estrutura em 3 (três) premissas básicas:

- 1 - A sociedade é regida por leis naturais, ou seja, leis invariáveis, independentes da vontade e da ação humana, isto é, na vida social, reina uma harmonia natural;
- 2 - a sociedade pode, portanto, ser epistemologicamente assimilada pela natureza (naturalismo positivista) e ser estudada pelos mesmos métodos e processos empregados pelas ciências da natureza; e,
- 3 - as ciências da sociedade, assim como as da natureza devem limitar-se à observação e à explicação dos fenômenos, de forma objetiva, neutra, livre de julgamentos de valor ou ideologias, descartando previamente todas as pré-noções e preconceitos. (Löwy, 1994, p. 17).

O positivismo pretende tratar as ciências humanas, ou do “espírito”, aplicando os mesmos métodos utilizados para as ciências naturais, ignorando as diferenças cruciais existentes entre matéria e espírito ou a natureza existencial dinâmica da humanidade, as suas diferenças e as constantes mudanças individual e coletivamente.

Na concepção positivista, era necessário descobrir a regra geral, única e invariante que servisse para solucionar os problemas de todas as sociedades. Por seu turno, o Positivismo, através do modelo científico-natural, procura explicar as esferas sociais humanas, utilizando-se das mesmas categorias explicativas das ciências físicas e biológicas, tais como: materialismo, evolucionismo, mecanicismo, naturalismo, determinismo, neutralidade científica, dentre outras.

No âmbito da produção do conhecimento histórico, a corrente positivista apregoa que a verdade somente pode ser encontrada nos documentos oficiais escritos e que os historiadores precisam apenas descrever os acontecimentos, os grandes vultos e registrar as datas dos fatos todos escritos nos documentos oficiais em prol da afirmação de um Estado-Nação.

As análises críticas a essa corrente por outros paradigmas historiográficos equipam a historiografia, a partir do século XIX, com a devida cientificidade. Pontos convergentes e

divergentes fortalecem e consolidam mais consistentemente a ciência que estuda, analisa e procura compreender e explicitar o trabalho dos historiadores.

Nesse sentido, consideramos o Positivismo, representado pelo francês Augusto Comte; o Historicismo da Escola alemã, sobretudo representado por Wilhelm Dilthey; o Materialismo Histórico, por Karl Marx; e o “Paradigma da Descontinuidade Histórica”⁶, cuja representação expressiva iniciou-se com o filólogo e filósofo alemão Nietzsche, sendo considerados Paradigmas Historiográficos em que doravante serão debatidas e analisadas as suas contribuições para a Historiografia Científica, a partir da segunda metade do século XIX.

4 O Historicismo como segundo paradigma historiográfico do conhecimento

O historicismo surge como uma nova vertente de pensamento (final da segunda metade do século XVIII com o movimento romancista), em oposição às ideias iluministas.

Como o sublinham todos os autores de obras sobre o historicismo esta, corrente nasceu de uma contestação das ideias da época das Luzes, de uma contestação mesmo muito radical. Incidia, em primeiro lugar, na consequência do racionalismo das Luzes, tal como a ideia da natureza imutável do homem e das leis imutáveis da natureza. O historicismo, é assim principalmente uma tendência para captar a natureza, a sociedade e o homem em constante movimento, nas suas situações contínuas. (Schaff, 1991, p. 187-188, *sic*).

360

Em primeiro lugar, assim como qualquer corrente de pensamento na seara de análise científica, o Historicismo teve seus adeptos e seus críticos até se consolidar como um paradigma historiográfico e, mesmo não ficou tranquilo, pois, até hoje, existem as ideias favoráveis e contrárias. Este fato é natural para que uma corrente de pensamento se fortaleça e permaneça na seara científica. Visando atender o questionado em epígrafe, começamos pelo conceito e pelas definições do termo Historicismo e, em seguida, procuramos atender as demais interrogações à luz de várias concepções teóricas.

No que concerne ao conceito e às definições sobre o vocábulo Historicismo e as suas nuances no âmbito da produção do conhecimento historiográfico, podemos pontuar algumas posições doutrinárias e significativas que demonstram clarivamente os significados dessa corrente de pensamento que tem seus reflexos com a ruptura das ideias iluministas pelo Romantismo das últimas 2 (duas) décadas do século XVIII.

⁶ Expressão utilizada por BARROS, José D’Assunção. **Teoria da História**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001, v. III.

Para Arno Wehling, o termo historicismo possui uma “polissemia infernal”, sendo necessário precisar de antemão o que se compreende pelo conceito antes de utilizá-lo [...] o autor sugere dividir o historicismo em três períodos distintos: a) **Historicismo filosófico**: consistindo basicamente na aceitação mecanicista de um universo regido por leis; apesar da grande maioria dos representantes dessa vertente encontrar-se no século XVIII, Hegel, no início do século XIX, pode ser considerado pertencente a esse segmento; b) **Historicismo romântico** ou **historismo**: destoava dos demais pela recusa em aceitar leis universais para a História, pelo enfoque antirracionalista e a crença numa realidade histórica orgânica e inconsciente; Ranke e seus seguidores estariam inclusos nesta corrente; c) **Historicismo cientificista**: caracterizava-se pela busca de leis, frequentemente pela macro-teleologia, com graus maiores ou menores de determinismo; compreendendo a grande maioria das produções de cientistas sociais entre 1850 e a Primeira Guerra Mundial. (Pagotto, 2012, p. 22-23, grifos do autor).

Deste modo, ao se analisar, aceitar, negar ou criticar o Historicismo, faz-se necessário esclarecer, apontando a qual contexto estamos nos referindo e a que Historicismo queremos abordar. Por esse e tantos outros motivos, o Historicismo merece um estudo mais intenso e hermenêutico. A análise do Historicismo tem uma vasta interpretação. Conforme Abbagnano (2007, p. 508), o historicismo nada mais é do que a

361

1- Doutrina segundo a qual a realidade é história (desenvolvimento, racionalidade e necessidade) e que todo conhecimento é conhecimento histórico; foi expressa por Hegel [...] e por Croce [...]. Essa é a tese fundamental do idealismo romântico que supõe a coincidência entre finito e infinito, entre mundo e Deus, e considera a história como realização de Deus [...]. 4. A herança dessa escola, que iniciou a elaboração da metodologia histórica, foi recebida pelos modernos metodizadores da história [...].

Esse segundo paradigma do conhecimento, o historicismo, tem suas fagulhas acesas ainda no chamado século das luzes (XVIII) e se estende com o movimento que ficou conhecido como “Romantismo”, surgido nas duas últimas décadas do século XVIII, que procurou romper em parte com as antigas ideias iluministas, com as características da metafísica do idealismo de uma história providencialista e absoluta norteada e executada no plano divino. Estas características seriam aperfeiçoadas por Hegel.

[...] o termo ‘romantismo’ passou a indicar o renascimento do instinto e da emoção, que o racionalismo predominante no século XVIII não conseguiu suprimir inteiramente [...] Como categoria historiográfica (e geográfica), o romantismo designa o movimento espiritual que envolveu não somente a poesia e a filosofia, mas também as artes figurativas e a música, que se desenvolveu na Europa entre fins do século XVIII e a primeira metade do século XIX. Embora possam ser identificados certos pródromos desse movimento na Inglaterra, o certo é que o movimento apresenta forte marca sobretudo do espírito e do sentimento germânico. O movimento se expandiu por toda a Europa: na França, na Itália, na Espanha e, naturalmente, na Inglaterra. Em cada um desses países, o romantismo assumiu características peculiares e sofreu

transformações. O momento paradigmático do romantismo é o que se coloca a cavaleiro entre os séculos XVIII e XIX, na Alemanha, nos círculos constituídos pelos irmãos Schlegel em Jena e depois em Berlim. (Reale *et al.*, 1991, p. 18-19).

Diferentemente da corrente positivista desenvolvida na França que adentra ao século XIX, praticamente com suas ideias prontas, o Historicismo vai se consolidando na medida em que os estudos e as pesquisas avançam por todo o século XIX, atingindo seu ápice somente nas duas décadas finais do Oitocentos, principalmente pelos historiadores alemães. O historicismo, ao contrário, é combativo das ideias de uma história totalizante, linear, homogênea, divina e universal, relativizando a uma história heterogênea, contextual, reflexiva, regional, local e de produção humana.

O historicismo surge nos últimos dois decênios do século passado *espírito*, e de Dilthey (1883), e sua última grande manifestação – um re-exame retrospectivo das origens do historicismo, além de testemunho de sua crise final – o constitui e se desenvolve até a vigília da Segunda Guerra Mundial. Como escreve Pedro Rossi, a primeira expressão do movimento historicista alemão foi a *Introdução às ciências da* obra *Origens do historicismo* (1936), de Meinecke. (Reale *et al.*, 1991, p. 453, *sic*).

É importante analisar que, se, para Hegel, a História é o desenvolvimento do absoluto, divino, providencialista, que alcançará o progresso evolutivamente; e a Filosofia, o pensamento de seu tempo; e, se, para Croce, o Historicismo absoluto é a sua Filosofia; para Husserl, o fundador da fenomenologia,

362

O historicismo, se for elaborado consequentemente, transforma-se em subjetivismo extremo. Então, as ideias de verdade, teoria, ciência, assim como todas as ideias perderiam sua validade absoluta. Que uma ideia tenha validade, significaria somente que esta é uma formação objetiva do espírito tomada como válida; não haveria, de fato, validade absolutamente em si, aquela validade que é em si, também se nenhuma humanidade não mais realizasse na história. (Husserl, 1958, p. 62, *sic*).

De fato, a escola fenomenológica refuta o historicismo da maneira como alguns filósofos o conceberam, conforme o discorrido acima. Neste sentido, a escola supracitada trata de dar autonomia à Filosofia como ciência da contemplação de pensamentos e valores meta-históricos sem necessitar ter por meta a validação temporária ou de verdades parciais e passageiras finitas e temporais.

Desta forma, a filosofia deixa de ser, como queria Croce, simples reflexo das circunstâncias históricas. Some-se aqui também a crítica ferrenha de Karl Popper na obra “A sociedade aberta e seus inimigos”, de 1945, na qual, além de atacar a filosofia de Platão, Hegel e Marx, Popper considera que o Historicismo somente tem a capacidade de “pretensiosas

profecias políticas a serviço das ideologias totalitárias” em busca da “sociedade fechada”, em detrimento da sociedade aberta (Reale *et al.*, 1991, p. 1033-1035).

Com relação a esta postura popperiana, Schaff (1991, p. 188), para quem “O historicismo, é assim principalmente uma tendência para captar a natureza, a sociedade e o homem em constante movimento, nas situações contínuas [...]”, tece o seguinte comentário:

Esta oposição entre historicismo e filosofia das Luzes abre a perspectiva adequada em que devemos considerar o fim de todos aqueles que combatem sob as bandeiras do historicismo, independentemente das diferenças que os separam por outro lado e passando por cima dos empregos aberrantes deste termo, que apenas induzem em erro particularmente no caso de Popper (para quem o "historicismo" é um método visando à previsão histórica).

Em que pesem os apoios e as refutações ao Historicismo, este tem suas bases e ferramentas afiadas contra os positivistas de maneira contundente. A ideia positivista de sugerir que é necessário descobrir uma regra geral para compreender e resolver os problemas da humanidade de maneira uníssona em todas as sociedades não vai ser poupada pelos prosélitos do Historicismo. Esta Escola alemã engrossa o combate contra a escola francesa positivista e suas ideias principais (centrais). Neste sentido,

363

A emergência da Escola Alemã está relacionada a dois fatores bem específicos, e na verdade complementares: um desenvolvimento novo que se desdobra da própria historiografia, a partir da imposição da necessidade de uma metodologia específica de trabalho, e um contexto singular, que é o da consolidação dos estados nacionais após o período da Restauração, com o fim das guerras napoleônicas. Deve-se dizer ainda que o novo paradigma historicista, que se difundirá a partir desta escola, também atingirá outras espacialidades para além da região que hoje constitui a Alemanha, de modo que em diversos países europeus também surgirão historiadores prontos a adotar o paradigma historicista. (Schaff, 1991, p. 188).

O Historicismo, além de se opor ao Positivismo, em sua nova metodologia de cunhar a produção do conhecimento histórico, inclusive a partir da 3ª (terceira) década do século XIX, começa a render uma caminhada rumo a uma historiografia científica durante o restante do século XIX, e sucessivamente. Todavia isto não quer dizer que existisse pureza nos seguidores dessa nova corrente historiográfica. O termo Historicismo não tem um nascimento tranquilo apesar de muitos seguidores e do desenvolvimento de ideias fecundas e sedimentadas. Alguns dos historiadores pertencentes ao Historicismo chegaram até a serem taxados de positivistas, como foi o caso de um dos fundadores dessa Escola, Leopold Von Ranke, que dizia preferir escrever os fatos *ipsis litteris* e, por isso, teria que beber nas fontes primárias.

Deste modo, não tinha como ampliar sua visão contextual, tornando-se, muitas vezes, acrítico. Por conta disso, diversos historiadores reconheceram em Ranke características do idealismo alemão, principalmente quando Ranke propala a ideia de que, apesar da história ser cognoscível na medida em que as particularidades são investigadas, a realidade total não pode ser alcançada ou revelada pelo olho humano, pois somente Deus tem o poder do conhecimento da história universal em sua totalidade (Holanda, 1979; Ribeiro, 2005).

Para o historicismo, a história não é a realização de um princípio espiritual infinito (Hegel) ou, como queriam os românticos, uma série de manifestações individuais da ação do “Espírito do mundo” que se encarna em cada “Espírito dos povos”. Para os historicistas alemães contemporâneos, *a história é obra dos homens*, ou seja, de suas relações recíprocas, condicionadas pela sua pertença a um processo temporal. Nisso, os historicistas rejeitam a filosofia positivista comtiana, bem como a redução das ciências históricas ao modelo das ciências naturais. “O objeto do conhecimento histórico é visto pelos historicistas como estando na *individualidade* dos produtos da cultura humana (mitos, leis, costumes, valores, obras de arte, filosofias etc.), individualidade oposta ao caráter uniforme e repetível dos objetos das ciências naturais” (Reale *et al.*, 1991, p. 453-454).

364

A complementar, Barros (2011) destaca 3 (três) pilastras básicas do Historicismo em oposição ao Positivismo (que herdou do pensamento iluminista a ideia Universalizante e Imutável da Natureza e do Homem): a oposição entre Objetividade x Subjetividade (com relação à História descobrir ou não Leis Gerais válidas para toda a humanidade); entre Ciências da Natureza e Ciências Humanas (com relação aos procedimentos metodológicos empregados); e entre a Posição do Historiador (com relação à possibilidade de Neutralidade ou Influência na produção do conhecimento histórico). O Historicismo, ao endossar a Historiografia no tocante à subjetividade humana, corrobora cabalmente com o entendimento de que os indivíduos não são mecânicos, robóticos e muito menos igualitários exatamente um ao outro.

O historicismo opõe-se a qualquer teoria operando com valores absolutos (em particular morais), juízos absolutos (em particular estéticos), normas absolutas (em particular éticas). Em todos estes casos de negação, usa o argumento da variabilidade histórica, empiricamente verificável. Na perspectiva da análise histórica da vida das sociedades humanas, todos os absolutos - valores, juízos, normas - deixam de o ser e tomam necessariamente formas históricas variáveis e das mais diversas. Estas devem ser colocadas em relação com circunstâncias concretas de tempo e de lugar, com condições históricas concretas, porque, fora deste contexto, são ininteligíveis. (Schaff, 1991, p. 194).

As realidades são específicas e cunhadas de significados a cada ser humano que tem as suas singularidades e são produtos de contextos histórico-sociais nas mais diversas circunstâncias existenciais. Entre outras contribuições, o Historicismo favoreceu a especificidade do objeto à historiografia, a intersubjetividade que atinge o historiador, e reivindicou autenticamente um distinto caminho teórico-metodológico para as ciências humanas e da natureza.

5 O Materialismo Histórico como terceiro paradigma historiográfico do conhecimento

A abordagem sobre a presente temática não será a mesma feita por Barros (2011), muito embora façamos citações e referências às suas obras. O nosso intento maior é analisar os vínculos desse paradigma com a Historiografia Científica iniciada no século XIX. Efetuamos uma abordagem eclética à luz de várias fontes teóricas.

[...] pode-se perfeitamente pensar o paradigma do Materialismo Histórico como uma forma de analisar e escrever a história que não necessariamente se vincule a qualquer programa de ação política marxista, e que, até mesmo, não vise o socialismo como sociedade ideal a ser atingida [...]. nosso objetivo, a seguir, será o de compreender o Materialismo Histórico como um paradigma historiográfico – uma forma de entender a história e de fazer a História – no mesmo sentido que o Positivismo e o Historicismo também são paradigmas relacionados ao fazer historiográfico. (Barros, 2011, p, 17-18).

365

O contexto do Materialismo Histórico (segunda metade do século XIX) está diretamente ligado ao que mais estava sendo discutido à época no campo das ideias intelectuais. Porém, como nada surge do nada, inclusive no campo cognoscível, o referido “acorde historiográfico” foi um rebento transformador do materialismo filosófico dos ideais iluministas amplamente difundidos na Europa e, principalmente na França, da segunda metade do século XIII. Desta forma, o Materialismo Histórico se apresenta como Paradigma revolucionário, pois

[...] acena com a possibilidade de que a História seja posta a serviço dos movimentos sociais, das classes socialmente revolucionárias, dos oprimidos pela própria história, da desalienação do ser humano em múltiplos sentidos, dando-lhe a perceber as forças invisíveis que o estariam aprisionando e determinando, em última instância, seu próprio destino. Por isso, podemos dizer que o Materialismo Histórico é um paradigma particularmente revolucionário, no sentido mais tradicional dessa expressão. (Barros, 2011, p. 11).

Sem dúvida, o Materialismo Histórico surgiu como pretenso esclarecedor às grandes massas de que suas condições materiais miseráveis não são por destino, por força de

uma ação sobrenatural ou por algo parecido, mas devido às desigualdades sociais causadas pela própria ação dos homens. O Materialismo Histórico, teoria do estudo de Marx, configura-se como aplicação prática dos princípios do Materialismo Dialético – que é a interpretação filosófica do Partido marxista-leninista sobre os fenômenos naturais de afirmação, negação e superação (tese, antítese e síntese) – a compreensão do desenvolvimento sócio-histórico da humanidade a partir das condições materiais de existência, tomando como base concreta os modos de produção historicamente construídos e desenvolvidos pelas forças produtivas e pelos meios de produção.

Os fundamentos do Materialismo Histórico são diretamente interdependentes com as categorias: “Dialética, Materialismo e Historicidade [...] constituem aquilo de que não se pode prescindir, caso desejemos permanecer nos limites do Materialismo histórico. Tudo o mais [...] poderia ser negociável. Mas não essas noções basilares” e possui em seu núcleo 3 (três) “[...] conceitos incontornáveis (‘práxis’, ‘luta de classes’ e ‘modo de produção’)” (Barros, 2011, p. 26-28).

No caso, o vocábulo “Práxis” está vinculado à “[...] teoria e a prática ou pensamento e ação [...]” e é decorrente da categoria central “Dialética”. A “Luta de Classes” “[...] envolve a combinação entre Historicidade e Dialética”. Não diferentemente, o binômio “Modo de Produção” que, relacionado com a Historicidade e a Dialética, busca “[...] expressar o núcleo mínimo de Materialidade” (Barros, 2011, p. 27).

A crítica ao idealismo, a crítica à teoria política francesa e a crítica à economia clássica inglesa constituem os primeiros passos na definição do materialismo histórico como corpo central da concepção norteadora da ciência da história, sistematizada por Marx e Engels, formando o núcleo científico e social da teoria marxista. (Diez *et al.*, 2004, p. 34).

É a partir desse quadro crítico que Marx e Engels definem o Materialismo Histórico como núcleo científico e social extraído do sistema marxista, demarcando a história como ciência por meio da teoria e do método científicos. O desenvolvimento do Materialismo Histórico contribui contundentemente para o fortalecimento, a evolução e a expansão da historiografia científica, especialmente porque incentivou e estimulou a produção científica de criticidade.

Há de se frisar que o Materialismo Histórico não é a mesma coisa que o Marxismo, pois este se refere tanto ao pensamento de Marx como a de seu principal amigo e coautor Friedrich Engels em uma esfera muito mais ampla. Outro detalhe é que a obra de Marx não se

limita somente a abordagem filosófica, mas se estende à economia, à ciência política, à sociologia, à história.

Karl Marx nasceu em Trier, Alemanha, a 5 de maio de 1818, e morreu em 14 de março de 1883. Marx faz parte do grupo seletivo dos clássicos do pensamento sociológico. A análise que ele faz acerca da sociedade capitalista e das suas formulações teóricas provocou uma forte influência no pensamento sociológico a ponto de ter se tornado um marco referencial no mundo ocidental. É a partir desse marco que inúmeros pensadores desenvolveram e, ainda, desenvolvem suas teorias no sentido de confirmar ou negar ou, às vezes, ambas as questões elencadas por ele. Marx era herdeiro do ideário iluminista e acreditava que a razão era um instrumento de apreensão da realidade e de construção de uma sociedade mais justa, capaz de possibilitar a realização de todo o potencial de perfectibilidade existente nos indivíduos. Para tanto, era preciso desordenar o modelo de sociedade existente em sua época, ou seja, era necessária a luta de classes para inverter os papéis de quem estava dominando.

No contexto temporal de Marx (segunda metade do séc. XIX), quatro referenciais teóricos influenciavam as ideias dos pensadores: o Positivismo cientificista de Comte – doutrina filosófica de orientação antimetafísica e antiteológica, pregava que a única forma de se chegar ao conhecimento seria através de fatos concretos e dados empíricos –; a Filosofia Idealista de Hegel – baseada nas ideias universais fornecidas pelo espírito –; a Economia clássica de Smith e Ricardo – como expressão materialista positivista do mundo produtivo, e as ideias socialistas utópicas, segundo as quais o advento do sistema socialista aconteceria de forma lenta e gradual, pacificamente, com a boa vontade da burguesia.

Embora herdeiro das ideias do Idealismo Filosófico, Marx o refutava como o “antigo materialismo”, pois o julgava mecanicista, antidialético e anti-histórico. Ao contrário do Materialismo Histórico dele e de Engels, que diziam ser histórico e destacam a importância dos seres objetivos como elementos constitutivos da realidade do mundo e das ações transformadoras da existência humana. Todavia essas partes materiais, os seres concretos, também possuíam uma parte imaterial, representada pelas nossas ideias, pelos sentimentos e pela consciência das coisas. Esses seriam reflexos da realidade material, dos reflexos ativos e dialéticos, pelos quais a realidade influencia os reflexos, e vice-versa (Cotrim, 1988; Morais, 1988).

Além de Histórico, o Materialismo de Marx também é dialético, ou seja, síntese dos contrários. Contudo, enquanto Hegel eleva a dialética ao processo de pensamento idealista, Marx a inverte e aplica ao materialismo para compreender o atual estado de coisas de seu tempo,

tendo como objeto de pesquisa os diferentes modos de produção. Neste sentido, aplicando o movimento dialético no âmbito do quadro existencial econômico, Marx exemplifica os diferentes modos de produção já existentes como modos de produções afirmados, esgotados e superados. Assim, se o modo de produção primitivo foi afirmado, negado e superado pelo feudalista, o feudalista pelo capitalista, este também seria negado e superado pelo socialista que chegaria fatalmente ao comunismo.

Reivindicando para *O Capital* o mérito de ser “a primeira tentativa de aplicação do método dialético à economia política”, Marx sustenta que a dialética é a lei do desenvolvimento da realidade histórica, e que essa lei expressa a inevitabilidade da passagem da sociedade capitalista para a sociedade comunista, com o consequente fim da exploração e da alienação. (Reale *et al.*, 2005, p. 179).

Marx e Engels parecem romper com a tradição idealista e mecanicista dos historiadores e filósofos que os antecederam. Além disso, Marx, ao se opor ao idealismo absoluto de Hegel, procura analisar a vida social através de leis e mudanças que regem os fenômenos e parte do estudo dos fatos históricos concretos com a finalidade de expor o movimento do real em seu conjunto como um todo. Ao contrário de Hegel, que acreditava ser o espírito o determinante dos acontecimentos do mundo ou da história da humanidade. Marx parte do estudo dos indivíduos reais e concretos, de suas condições materiais de existência e de suas ações sobre o mundo e as coisas do mundo. Desta forma, Marx acreditava

368

a) que o nível de desenvolvimento das forças produtivas de uma dada sociedade permite entender as relações sociais e de produção e sua estrutura econômica, e que a base econômica da sociedade é o fundamento das superestruturas legais e jurídicas, formas de consciência; b) A História é a ciência da observação e da determinação objetiva do real – e busca descobrir as leis, tanto as leis da ciência como as leis da natureza. (Diez *et al.*, 2004, p. 34).

Com efeito, o modelo científico-natural de objetividade positivista não é operacional para as ciências histórico-sociais, pois a sociedade não é imutável nem mecânica. Assim, como em Weber, encontra-se em Marx a rejeição de se conceber uma ciência da sociedade neutra, ou seja, livre de julgamentos de valores, referências e pressupostos políticos e sociais. Vale dizer que todo processo de conhecimento científico social está embevecido de ideologias e utopias individuais ou de uma ou outra classe ou grupo social. É neste sentido que o marxismo surge em oposição à pretensa neutralidade exposta pelo Positivismo na seguinte síntese:

O marxismo foi a primeira corrente a colocar o problema do condicionamento histórico e social do pensamento e a “desmascarar” as ideologias de classe por detrás do discurso pretensamente neutro e objetivo dos economistas e outros cientistas sociais. Restava resolver a questão espinhosa da aplicação do materialismo histórico a si mesmo – esboçada por Marx, mas insuficientemente desenvolvida. (Löwy, 1994, p. 99).

Para Marx, não há determinismo ou predestinação dos seres humanos, porque, partindo do real, o ser humano é conduzido o tempo inteiro pelas suas condições de existência, formação e transformação do mundo, ou seja, o ser humano é determinante do mundo em que vive. A realidade não tem sentido em si mesma, mas é o sujeito quem dá sentido a essa realidade. Deste modo, qualquer proposição que busque definir qual a dimensão estrutural da sociedade ou que busque o sentido último subjacente às ações individuais deve ser excluída das ciências humanas e sociais. Entretanto, em algumas ocasiões, Marx esquece, de certa forma, seu discurso e se torna um tanto quanto anti-histórico dialético ao apregoar um processo histórico, a priori, linear e pré-estabelecido, inexoravelmente, como dizia ele.

Embora se reconheça que, inicialmente, Marx tenha sido influenciado pela filosofia hegeliana, posteriormente, Marx, contando com a colaboração de seu amigo Engels, fez uma crítica sistemática e rigorosa à concepção idealista de história, de mundo, de Estado, de homem e de ciência e inverteu a dialética hegeliana, afirmando que não é o pensamento que determina a moral, as instituições, os padrões, mas as condições materiais que o homem dispõe. Essa crítica se estende também à teoria positivista-política francesa e à economia clássica inglesa de cunho idealista-positivista-utilitarista.

Enquanto o Positivismo nega ou ignora o condicionamento histórico-social do conhecimento, quando não coloca a questão da relação entre conhecimento científico e classes sociais, ofuscando o campo conceitual e técnico do Positivismo, o Marxismo assegura que a história da humanidade é a história da luta de classes sociais. Neste sentido, metodologicamente, o Positivismo torna-se antagônico em sua análise sociológica. Entretanto, o Marxismo relativiza todo processo histórico a um reducionismo arquitetônico economicista.

Como foi revelado, entre outros, por E. Bernstein, M. Weber e, mais próximo a nós, por K. Popper, nem sempre o fator econômico é determinante sobre os fatos histórico-sociais; e não é raro o caso de que uma ideia científica, um ideal ético ou uma fé religiosa influam de modo decisivo sobre a própria economia [...]. Também o materialismo dialético se tornou objeto de críticas devastadoras, ao menos porque nele está implícita a confusão entre contradição lógica e contrastes de interesses, lutas de classe. E tudo isso prescindindo do fato de que os economistas – pensemos nos marginalistas – rejeitaram como completamente inválida a tese – fundamental para toda a construção teórica marxista – do “valor-trabalho” [...]. Isso ocorre porque o que determina o valor das mercadorias não é tanto a quantidade de trabalho exigida para

produzi-las, mas muito mais sua escassez em relação à demanda global. (Reale *et al.*, 2005, pp. 188-190).

Outra questão relativista que se vê emblemática é quando Marx eleva a Classe do Proletariado como a mais adequada para a diligência política no sentido dessa classe ter uma ideologia mais coerente em relação à sociabilidade solidária entre os trabalhadores.

O Materialismo Histórico contribuiu e contribui decisivamente para um novo olhar historiográfico sobre os tratados da ciência, a existência, o desenvolvimento, a compreensão e a explicação dos fenômenos sócio-históricos. Foi e é desta maneira que o paradigma do Materialismo Histórico adentra ao século XX e servirá de apoio decisivo para uma nova produção historiográfica mais acurada e mais intensa na busca das realidades e das suas essências. Mas o enunciado do Materialismo Histórico de Marx teve seu apogeu nas segunda e primeira metades dos séculos XIX e XX, respectivamente, porém já não é mais referência no campo das novas perspectivas historiográficas, pois

O fundador do Materialismo Histórico estava preocupado com um problema muito específico quando elaborava as suas análises sociológicas e históricas: o problema do desenrolar da luta de classes e de sua inserção em um modo de produção específico. Esta história já problematizada proposta pelas obras de Marx contrasta francamente com a produção historiográfica de seu tempo – situação que se veria invertida a partir do século XX. Já não teria muito sentido para este novo século uma História meramente descritiva ou narrativa, no sentido exclusivamente factual. Aos historiadores impunha-se agora a tarefa não de simplesmente descrever as sociedades passadas, mas de analisá-las, compreendê-las, decifrá-las. Tratava-se, por um lado, de constituir um problema central que guiasse a reflexão historiográfica a ser realizada; de outro lado, cumpria trazer a discussão desenvolvida em torno do problema escolhido para a superfície do discurso [...]. Exemplificando com casos mais concretos, não faria mais sentido – a não ser em uma obra de divulgação para o grande público – produzir uma história descritiva e narrativa dos acontecimentos que marcaram a Revolução Francesa. O que se exigia do historiador agora era que ele recortasse um problema dentro da temática mais ampla da Revolução Francesa – como, por exemplo, o problema da “dessacralização do poder público na Revolução Francesa”, o problema da “influência das ideias iluministas nos grupos revolucionários”, ou o problema da “evolução dos preços na crise que precedeu o período revolucionário” [...]. Os campos temáticos da historiografia, como se vê, vêm e vão de acordo com as próprias flutuações histórico-sociais e em sintonia com as mudanças de paradigmas historiográficos. (Barros, 2011, p. 58-159).

370

O fato é que, a partir da década 1930 e com o desenvolvimento do pensamento dos adeptos dos *Annales*, um novo estilo de História foi se configurando gradativamente “em torno de hipóteses e de análises de profundidade, e não mais como uma História que é mera ordenação factual ou descritiva” (Barros, 2011, p. 158), até então praticada. Mas há sempre os apoiadores e os críticos do Materialismo Histórico, assim como de tantos outros aportes historiográficos. Entretanto a sua essência de crítica ao providencialismo, que transcende da filosofia da

história de Hegel parece ter apoio na maioria dos teóricos no âmbito da produção científica contemporânea.

6 O Paradigma da “Descontinuidade Histórica” e a Historiografia Contemporânea

O 4º (quarto) e último “acorde historiográfico” (último no sentido dos quatro paradigmas principais do Oitocentos anunciados no início deste tópico), a quem Barros (2011) denominou de “Paradigma da Descontinuidade Histórica”, tem na sua gênese principal o pensamento do teólogo e filólogo alemão Friedrich Wilhelm Nietzsche (1844-1900). Assim como fizemos nos subtópicos anteriores, faremos também neste o uso de indagações pertinentes ao assunto abordado no intuito de ter rumo, diretriz ou norte daquilo que estamos explanando e analisando com o senso voltado para as ideias historiográficas.

Consideramos que as perguntas contêm em sua essência o poder convidativo e o despertar da curiosidade tanto para quem está no calor do debate como para quem quer saber sobre esse debate. As perguntas, como já foi tantas vezes ressaltado, movem os seres vivos racionais para a busca do conhecimento através de novas descobertas numa demanda constante. Essas são as principais razões para lançarmos sempre as indagações como fio condutor impulsionador em busca de novos conhecimentos ou pelo menos ao encontro de antigas abordagens, revestidas de novas roupagens cognitivas.

Nietzsche, que já havia escrito um ensaio reflexivo, porém, inexpressivo sobre a História para a revista *Germânia*, em 1862, com a temática: o opúsculo “*Fatum e História*”, desenvolve na II Consideração Intempestiva, publicada em 1874, suas considerações críticas contundentes “[...] contra as diversas versões de historiografia e gêneros historiográficos de sua época. Para além disso, a crítica demolidora de Nietzsche [...] volta-se também contra o próprio “excesso de história” (Barros, 2011, p. 161).

Nas abordagens anteriores, notamos algumas erupções no campo das ideias que dialeticamente vinham se debatendo, mas sempre acabaram em calmaria e/ou, no máximo, em ecos pacíficos. Porém uma onda gigante de reflexões críticas estava se aproximando rapidamente dos fecundos debates que aconteciam no seio da classe ou das classes compostas por intelectuais, principalmente da chamada Escola alemã da segunda metade do século XIX. Um pensamento irruptivo e fértil borbulhava ardentemente nas entranhas mais profundas de um ser e em breve iria espalhar suas chamas sobre questões decisivas no âmbito da produção do conhecimento histórico. Uma nova áurea parecia chegar disposta a quebrar entrelaçados que se

apresentavam, por vezes, como intransponíveis, prontos e acabados no sentido cognitivo do pensamento historiográfico.

Uma nova roupagem hermenêutica, no campo das ideias, começava a brotar de forma inquietadora ou no mínimo questionadora das supostas conclusões historiográficas científicas de até então. Este pensamento de análise crítica de Nietzsche pode ser considerado como quebra do discurso apolíneo que vinha se sequenciando cabisbaixo e calmamente nas águas serenas do pensamento da escola alemã da segunda metade do Oitocentos. Mas, de repente, eis que, do inusitado, surge uma voz potente e voraz que ressoará estridentemente em desfavor desta tranquilidade conformista e passiva diante das produções intelectuais vigentes à época; é Nietzsche, com seu espírito irrequieto, insatisfeito, crítico, filosófico e filológico.

Para Nietzsche, de alguma forma, o Iluminismo, a Revolução Francesa e a Ascensão da Burguesia, bem como a história científica defendida pelo historicismo, teriam produzido um efeito negativo sobre a cultura moderna que se relaciona com este nivelamento, ou massificação [...]. O autor não se posiciona contra uma única corrente. Sua crítica abarca tanto características da filosofia da história que perduraram na historiografia, como a ideia de processo histórico e progresso, como também a pretensão do historicismo de fazer da história uma disciplina científica. (Moura, 2012, p. 20-21).

372

A posição nietzschiana é a de que os acontecimentos supracitados causaram um efeito negativo de conformidade no âmbito de um desenvolvimento cultural, inclusive na sociedade alemã de sua época. Nisto, deleita a característica extemporânea de seu contexto oitocentista. Suas críticas atingem ferrenhamente a filosofia da história de Hegel e o Historicismo alemão pretendo em fazer, a qualquer custo, uma historiografia de pretensa científicidade apática, providencialista e sem a seiva da ação humana.

Nietzsche, enquanto filósofo, terá mais consciência histórica do que mesmo muitos historiadores de seu tempo. Suas discussões serão retomadas e aprofundadas somente a partir da segunda metade do século XX, com historiadores influenciados pela chamada Nova História, tendo como arcabouço de conteúdo a Escola francesa dos *Annales*. Nietzsche, mostrando realmente estar à frente de seu tempo, faz uma proposta quanto ao tipo de historiador que devia prevalecer: o historiador-artista no lugar do historiador-cientista. Isto não significaria que a História não pudesse ser científica, ao contrário, o que Nietzsche faz é ampliar o tipo de científicidade historiográfica na qual pudesse escapar das amarras do modelo cientificista diminuto “[...] pautado na objetividade e neutralidade positivistas [...]” (Barros, 2011, p. 175).

Essa visão elástica da seara historiográfica seria defendida e aplicada, posteriormente, com a “história-problema”, a partir de 1929, com o advento da Escola dos *Annales*, oriunda da França.

No escrito “Sobre a utilidade e os inconvenientes da história para a vida”, de 1873, o filósofo alemão direciona suas críticas à teleologia existente em seu contexto no qual ele considera que os indivíduos de sua época estavam fadados a uma “falsa consciência histórica” de olharem o passado para dele retirarem uma compreensão histórica para um presente e futuro finalistas em si mesmos, de um destino eurocêntrico das filosofias idealistas providencial e providencial rumando evolutiva e inexoravelmente para um progresso vital.

Neste sentido, Nietzsche se volta contra a ideia de uma história científica redentora, predestinada para a salvação do homem inerte e parasita. O excesso de história é que é prejudicial e acomodativo na visão do filólogo. Isto não significa dizer que Nietzsche desconhecesse a história, a ignorasse ou a desmerecesse. Pelo contrário,

Certamente precisamos da história [...] para a vida e para a ação, não para o abandono confortável da vida ou da ação ou mesmo para o embelezamento da vida egoísta e da ação covarde e ruim. Somente na medida em que a história serve à vida queremos servi-la. (Nietzsche, 2003, p. 5).

373

Assim, a visão nietzschiana não trata de menosprezar a história, mas a de revivificá-la sempre como impulsionadora da dinâmica constante da produção cultural humana através de uma efetiva ação. Contudo, Nietzsche aponta 3 (três) perspectivas historiográficas: a “monumental”, a “antiquaria” e a “crítica”. Na utilização destas 3 (três) acepções historiográficas, a “[...] ação e a criação seriam o substrato do conhecimento histórico, quando realizadas de modo conveniente ao ímpeto criativo de uma cultura. Neste sentido, a história é pertinente ao homem em três aspectos [...]” (Bittencourt, 2009, p. 2-3): ação e aspiração, preservação e veneração, sofrimento e carência de liberdade.

As 3 (três) perspectivas historiográficas nietzschianas supramencionadas podem servir ou não para a vida, dependendo de como são usadas e/ou aplicadas. “A Esta tripla ligação correspondem três espécies de história, uma vez que é permitido diferenciar entre uma espécie *monumental*, uma espécie *antiquaria* e uma espécie *crítica* da história” (Nietzsche, 2003, p. 17-18).

Se a primeira perspectiva historiográfica, a monumental, significa tomar como base excessivamente ou valorizar demasiadamente os feitos de uma personagem ou de um dado evento, tornando-o inimitável ou impossível de outrem realizar, isso traria não só opressão

moral, mas também levaria o seu posterior a se auto menosprezar em razão de sua impotência diante de tão inigualável precedente histórico. Essa valorização exacerbada e mítica dos grandes vultos passados chega a impedir que “[...] o grande surja: seu meio para isto é dizer: ‘Vede, o grande já está aí!’ Em verdade, o grande que já está aí lhes importa tão pouco quanto ao grande que surge: sua vida dá provas disto [...]” (Nietzsche, 2003, p. 24).

A história monumental é um traje mascarado, no qual seu ódio contra o que é poderoso e grande em seu tempo se faz passar por uma admiração saciada pelo que há de grande e poderoso nos tempos passados. Envoltos neste disfarce, eles invertem o sentido próprio daquele tipo de consideração histórica e o transformam em seu contrário; quer eles o saibam claramente ou não, agem em todo caso desta forma, como se o seu lema fosse: deixem os mortos enterrarem os vivos. (Nietzsche, 2003, p. 24).

É bem verdade que o indivíduo contemporâneo tenha como parâmetro exemplos positivos, porém não com visão mitológica ou de qualidades incomparáveis de vultos venerados do passado capazes de impedir o reconhecimento do qualificado atualmente (Nietzsche, 2003; Bittencourt, 2009).

Pela segunda perspectiva historiográfica nietzschiana, a antiquária, o uso indevido pelo historiador de elevar demasiadamente valores tradicionais de sua cultura ou de uma formação de sua sociedade em detrimento de outras incentiva a consideração provincianista de veneração aos valores próprios em seu derredor, menosprezando valores culturais externos e estrangeiros.

Assim, a história pertence em segundo lugar ao que preserva e venera, àquele que olha para trás com fidelidade e amor para o lugar de onde veio e onde se criou; por intermédio desta piedade, ele como que paga pouco a pouco, agradecido por sua existência. Conforme cuida, com mão muito precavida, do que ainda existe de antigo, busca preservar as condições sob as quais surgiu para aqueles que virão depois dele – e assim ele serve à vida. A posse dos bens de seus ancestrais altera o seu significado no interior de uma tal alma: pois esta alma é muito mais possuída por eles. O diminuto e circunscrito, o esfacelado e obsoleto mantêm sua própria dignidade e inviolabilidade pelo fato de a alma preservadora e veneradora do homem antiquário se transportar para estas coisas e preparar aí um ninho pátrio. A história de sua cidade transforma-se, para ele, na história de si mesmo; ele compreende os muros, seu portão elevado, suas regras e regulamentos, as festas populares [...]. (Nietzsche, 2003, p. 25).

O apego exagerado e irrestrito ao ambiente de que se é oriundo e o infundável saudosismo de coisas passadas elevadas como únicas, mais apropriadas e mais importantes, condiciona o indivíduo do presente ao conformismo e ao subdesenvolvimento criativo.

A terceira perspectiva historiográfica elencada por Nietzsche, a crítica, também carrega em seu bojo problemas comprometedores, caso seja utilizada de forma exacerbada, sem

critérios ou simplesmente ser crítica destrutiva e não construtiva, ou seja, aplicar a crítica sem a devida necessidade ao homem (ou a mulher) que se destacou por suas qualidades. Desprestigiar desdenhosa ou irracionalmente os feitos e fatos do passado de forma radical “[...] retira as nobres aspirações existentes na conduta desse homem, considerando que este empreendeu suas ações através da conjunção de fatores externos [...]” (Bittencourt, 2009, p. 4-5) e não devido a uma execução de bravura, meritória e singular.

Outra problemática no uso inadequado da perspectiva historiográfica crítica é analisar os acontecimentos do passado com o olhar hermenêutico do presente sem aplicar a observação concernente ao contexto no qual esteve inserido o referido acontecimento. Sem dúvida, essa espécie de juízo de valor é anacrônica. Em suma, conclui Nietzsche (2003, p. 25),

Se o homem que quer criar algo grandioso precisa efetivamente do passado, então ele se apodera dele por intermédio da história monumental; em contrapartida, quem quer fincar pé no familiar e na veneração do antigo cuida do passado como o historiador antiquário; e somente aquele que tem o peito oprimido por uma necessidade atual e que quer a qualquer preço se livrar do peso em suas costas carece de uma história crítica, isto é, de uma história que julga e condena.

Conforme as assertivas nietzschianas, os gêneros historiográficos em epígrafe, ao serem utilizados de forma errônea, comprometem o sentido da produção histórica e a leva ao patamar da descartabilidade. Ressalte-se que Nietzsche não se posiciona contra o conhecimento histórico, mas contra o uso deste de modo exacerbado, endeusado, idealista, providencial de um progresso inexoravelmente vital que invalida a ação criativa do homem no seu presente para um vindouro futuro previsto fatalmente progressivo e melhor. Essa visão nietzschiana será de suma importância para o aperfeiçoamento das discussões acerca da produção historiográfica no século XX, sobretudo com o advento da História Nova encabeçada pela Escola dos *Annales*, surgida na França, a partir de 1929.

Nietzsche considera a História como busca e investigação constante para o devir humano e não para seu conformismo de pronto e acabado. Muitas discussões atuais estão no âmago das análises nietzschianas, muito embora os utilizantes desta fonte nem sempre deem crédito ao seu originador ou por questões voluntárias ou involuntariamente.

7 Considerações finais

Propomos neste texto debater cientificamente sobre a história, o papel da historiografia relacionado à história, bem como sobre 4 (quatro) correntes, paradigmas ou

<i>Revista Dialectus</i>	Ano 14	n. 36	Janeiro – Abril 2025	p. 351 - 378
--------------------------	--------	-------	----------------------	--------------

“acordes historiográficos” da produção do conhecimento a partir do século XIX. Inicialmente, mostramos as diferenças e semelhanças entre a historiografia e a história. Em seguida, passamos a delinear sobre cada uma o paradigma historiográfico (científico) que conduz a produção do conhecimento científico, contemporaneamente.

Demonstramos também as principais diferenças entre a produção do conhecimento de análise dos feitos e fatos históricos humanos em relação à análise do conhecimento a partir das ciências naturais. A produção do conhecimento histórico tenta interpretar o que passa no interior dos seres humanos dentre sofrimentos, alegrias, sentimentos, enfim, de tudo aquilo que compõe o âmago de suas individualidades, subjetividade, longe de leis gerais para aplicar a explicação e o entendimento das ciências do espírito.

Deste modo, as trilhas metodológicas para ciências humanas, especificamente a ciência da história, não são e nem podem ser as mesmas das ciências naturais com imutabilidade de análise e resultados. Quanto à neutralidade do sujeito, em relação ao objeto, não passa de uma mera quimera, já que somos produtos de um sistema de valores culturais do qual herdamos e deixamos nosso legado numa dinâmica constante.

Os “acordes historiográficos” ou paradigmas do conhecimento demonstram que não há um pensamento homogêneo entre os diversos teóricos da seara da produção do conhecimento científico. Ao contrário, se por um lado as ciências naturais investigam objetos de forma uniforme e repetível, a ciências humana, especificamente a do conhecimento histórico, investiga a produção das individualidades do ser humano, como suas crenças, seus mitos, suas leis, seus costumes, seus valores, suas obras de artes, suas filosofias, suas subjetividades etc.

Porém, no âmago dessas discussões, percebemos haver uma base estrutural e estruturante que dela emergem inúmeros debates, mantendo sempre na íntegra as raízes específicas da história como ciência dos homens no tempo. Isto é o que condensa e fortalece a perspectiva das validações científicas no âmbito da história.

Por seu turno, as críticas aos diversos paradigmas historiográficos do conhecimento são válidas e têm contribuído sobremaneira para outras buscas, abordagens e aperfeiçoamento do conhecimento científico. É o caso, por exemplo da crítica nietzschiana à historiografia científica iniciada, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, cujo caráter tem sido construtivo e determinante para o aperfeiçoamento e a desmistificação, tanto dos paradigmas historiográficos elencados neste estudo como de outros que têm se apresentado.

REFERÊNCIAS

<i>Revista Dialectus</i>	Ano 14	n. 36	Janeiro – Abril 2025	p. 351 - 378
--------------------------	--------	-------	----------------------	--------------

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ALMEIDA, Marlene Medaglia. **Introdução ao estudo da historiografia sul-Rio-Grandense**: Inovações e recorrências do discurso oficial (1920-1935). 2007. 139 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1983.

BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. (Vols. 1, 2, 3 e 4).

BITTENCOURT, Renato Nunes. Apontamentos sobre a crítica de Nietzsche à historiografia oitocentista. **Revista Litteris**, [S.l.], v. 2, p. 5, 2009.

BLOCH, Marc Leopold Benjamim. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CARR, Edward Hallet. **Que é história?** Conferências George Macaulay Trevelyan proferidas por E. H Carr na Universidade de Cambridge, janeiro-março de 1961. Tradução de Lúcia Maurício Alverga. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da Filosofia para uma Geração Consciente**. São Paulo: Ed. Saraiva, 1988.

DIEZ, Carmen Lúcia Fornari; HORN, Geraldo Balduino. **Orientações para elaboração de projetos e monografias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). **Leopold Von Ranke: história**. São Paulo: Ática, 1979.

HUSSERL, Edmund. **A Filosofia como ciência rigorosa**. Tradução de F. de Costa. Turim: Paravia, 1958.

IGLÉSIAS, Francisco. Comentários ao roteiro sucinto do desenvolvimento da Historiografia Brasileira. In: **Encontro Internacional de Estudos Brasileiros**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1972.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar E., 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAPA, José Roberto Amaral. **Historiografia brasileira contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 1981.

LÖWY, Michel. **As aventuras de Karl Marx contra o barão de Münchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

<i>Revista Dialectus</i>	Ano 14	n. 36	Janeiro – Abril 2025	p. 351 - 378
--------------------------	--------	-------	----------------------	--------------

MORAIS, Regis de. **Filosofia da ciência e da tecnologia**: introdução metodológica e crítica. 5. ed. Campinas, SP: Papirus, 1988.

MOURA, Bruno Felipe de Souza. **“Segunda consideração intempestiva”**: uma interpretação acerca da perspectiva de história como possibilidade para a vida. 2012. 70 f. Monografia (Licenciatura Plena em História). Universidade Estadual de Goiás, Goiás, 2012.

NIETZSCHE, Friedrich. **Segunda consideração intempestiva**: da utilidade e desvantagem da história para a vida. Tradução de Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

PAGOTTO, Murilo Mischiatti. **Da Basileia à vida nômade**: permanências e rupturas entre a “Segunda Intempestiva” e o “Crepúsculo dos Ídolos”. 2012. 44 f. Monografia (Licenciatura Plena em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da filosofia**: do Romantismo até nossos dias. São Paulo: Paulus, 1991, v. III. (Coleção filosofia).

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia**: do Romantismo ao empiriocriticismo. São Paulo: Paulus, 2005. (Coleção história da filosofia).

RIBEIRO, Paulo Rodrigues. A História científica do século XIX. *In: A história da história*. Goiânia-GO: Ed. Universidade Católica de Goiás, 2005.

RODRIGUES, José Honório. **Teoria da história do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

SCHAFF, Adam. **História e verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.